



**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**  
**INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

**Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento**  
**RELATÓRIO ANUAL 2012**

**Rua São Bento 1, 23º andar**  
**CEP 20090-010 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil**

# COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

## 1 INTRODUÇÃO

A Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPO) é um órgão subordinado à Presidência do INPI e conta com as divisões de Planejamento e Desempenho Institucional (DPLAD), de Programação e Acompanhamento Orçamentário (DIPOR) e de Gestão de Projetos Estratégicos (DIGEP).

No exercício de 2012, o Gabinete da CGPO consolidou a nova proposta de Regimento Interno do INPI, a qual foi encaminhada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por meio do Ofício PR/INPI nº 119, de 27 de abril de 2012, para aprovação e publicação.

## 2 DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

A DPLAD é a responsável por promover e coordenar a participação do INPI no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, implementar e monitorar o Planejamento Estratégico, em articulação com as unidades da estrutura regimental, e acompanhar o desempenho do Instituto, propondo as correções e os aperfeiçoamentos que se fizerem necessários.

### 2.1 Plano Plurianual

Em 18 de janeiro de 2012, foi aprovada a Lei nº 12.593, que instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015, denominado “Plano Mais Brasil”.

O PPA 2012-2015 é o instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Este novo Plano reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

A maior contribuição do INPI no PPA 2012-2015 se dá por meio do Programa Temático 2055 - Desenvolvimento Produtivo, com o Objetivo 0881: Concessão de direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia. O INPI possui 13 Iniciativas neste Objetivo, conforme listadas a seguir.

- 03LB - Ampliação da inserção do tema propriedade intelectual e inovação em atividades acadêmicas e empresariais, tais como feiras de negócios, seminários, congressos, oficinas e comitês temáticos;
- 03LF - Ampliação do acesso e contratação de novos bancos de dados nacionais e internacionais;
- 03LY - Pesquisa em propriedade intelectual e inovação por meio de atividades de aperfeiçoamento do corpo docente e execução de projetos de pesquisa;
- 03LC - Ampliação da oferta de cursos de curta duração e de pós-graduação em propriedade intelectual e facilitação do acesso da população por meio de novas tecnologias educacionais;
- 03LJ - Aprofundamento da cooperação com o sistema internacional de propriedade intelectual;
- 03LG - Aperfeiçoamento da Lei da Propriedade Industrial – LPI e outras peças legislativas e normativas relativas à propriedade intelectual;
- 03LI - Aperfeiçoamento do sistema de depósito online de Marca (e-Marcas);
- 03LL - Estruturação da rede de autoridades nacionais de propriedade intelectual da América Latina;
- 03LN - Implantação dos sistemas de depósito online: e-Desenho Industrial, e-Patentes, e-Contratos;
- 03LO - Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico;
- 03LP - Implantação do Observatório INPI de Tecnologias Estratégicas para a Indústria Brasileira;
- 03LR - Implantação do plano de criação e promoção de indicações geográficas brasileiras e sul-americanas;
- 03LU - Implantação do Programa INPI da Qualidade.

O INPI é responsável pelas oito metas do Objetivo 0881, que podem ser divididas em dois grandes grupos: as metas de disseminação da cultura da PI e as metas de registro e concessão de direitos de PI, nas áreas de marcas, patentes, desenhos industriais e indicações geográficas. De forma geral, o desempenho em 2012 indica a viabilidade de alcance das metas estabelecidas no PPA para 2015, desde que atendidas as condições operacionais necessárias (Tabela 1).

Tabela 1 – Execução Física das Metas do Objetivo 0881 do PPA

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Física	
		Prevista em 2015	Realizada em 2012
Aumentar de 2.500 para 5.000 o número de pessoas capacitadas em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI	unidade	5.000	3.168
Aumentar de 30 para 60 o número de publicações do corpo docente do mestrado relacionadas à propriedade intelectual	unidade	60	56
Aumentar de 5.786 para 6.250 o número de registros de desenho industrial	unidade	6.250	4.334
Conceder 120 registros de indicação de procedência e 30 registros de denominação de origem	unidade	150	21
Disseminar a cultura de propriedade intelectual em 123 instituições públicas de educação superior brasileiras	unidade	123	39
Reduzir de 2,5 anos, a partir do pedido de exame, para 1 ano o prazo para manifestação do INPI quanto à viabilidade dos pedidos de patente	ano	1	6,8
Reduzir de 25 meses para 9 meses o prazo de exame de novos pedidos de registro de marca	mês	9	50
Reduzir de 5,3 anos para 2,5 anos o prazo médio de concessão de patente contado a partir do pedido de exame	ano	2,5	7,4

Fonte: SIOP.

No campo da disseminação da propriedade intelectual, os resultados alcançados em 2012 apontam avanços e desafios frente às metas projetadas para 2015. Em 2012, foram capacitadas 3.168 pessoas em cursos de PI. Isso representa 63% das 5.000 pessoas que o INPI almeja capacitar em 2015. Em 2012, foram realizadas atividades de disseminação em 39 Instituições de Ensino Superior (IES) e Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), o que equivale a apenas 32% da meta anual para 2015. Porém, com o aumento esperado na demanda pela participação do INPI em eventos e atividades organizadas por IES e ICTs, a meta de disseminar a PI para 123 instituições ainda é considerada viável de ser alcançada até o final do PPA. Por outro lado, em termos de publicações acadêmicas, o avanço foi significativo. Em 2012, foram realizadas 56 publicações em PI, inovação e desenvolvimento, atingindo-se 93% da produção acadêmica prevista para 2015, de 60 publicações.

Com relação às metas de registro e concessão de direitos de PI, as iniciativas em curso e as medidas planejadas pelo INPI, indicam a viabilidade das metas ousadas do PPA para 2015, nas áreas de Marcas e Patentes, que representam um enorme desafio operacional em comparação com o desempenho atual.

Na área de Marcas, a meta é reduzir o prazo de exame de novos pedidos de registro dos atuais 50 meses (em 2012) para 9 meses, em 2015. Na área de Patentes, as metas para 2015 são: reduzir de 7,4 anos (em 2012) para 2,5 anos o prazo médio de concessão de patente, contado a partir do pedido de exame; e reduzir de 6,8 anos (em 2012) para um ano

o prazo médio do primeiro exame dos pedidos de patentes, também contado a partir do pedido de exame.

Apesar de ainda distantes, as metas do PPA para as áreas de Marcas e Patentes poderão ser alcançadas em 2015, desde que concretizadas as melhorias operacionais necessárias e planejadas pelo INPI. Para tanto, os esforços empreendidos pelo Instituto na revisão de procedimentos e na automação de processos deverão ser, necessariamente, acompanhados da contratação de novos examinadores, nos quantitativos e prazos programados, o que, cabe lembrar, extrapolam a capacidade de decisão do Instituto.

Outra meta desafiadora para 2015 será aumentar de 21 (em 2012) para 150 o número de indicações geográficas reconhecidas pelo INPI. Neste caso, a intensificação das ações de fomento e a ampliação da capacidade de processamento dos pedidos de registro serão determinantes para o alcance dessa meta do PPA.

Por fim, na área de desenhos industriais, as dificuldades relacionadas à introdução do processamento eletrônico dos pedidos fizeram com que a produção caísse consideravelmente em 2012, chegando a 4.334 registros contra 4.646, em 2011. Por esse motivo, o alcance da meta original do PPA para 2015, de 6.250 registros de desenhos industriais, exigirá melhorias operacionais urgentes e significativas, especialmente no tocante à melhoria da qualidade do serviço de digitalização de pedidos e à ampliação do quadro de examinadores da área.

A execução física das ações orçamentárias de responsabilidade do INPI no PPA está apresentada na Tabela 2.

**Tabela 2 – Execução Física das Ações Orçamentárias do INPI no Programa 2055 - Desenvolvimento Produtivo em 2012**

Ação Orçamentária	Produto	Previsão Anual (A)	Meta Física												Acumulado (B)	Alcançado (B/A) %
			Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul	Ago	Set	Out	Nov.	Dez.		
Cooperação Técnica em Propriedade Intelectual	Acordo implementado	42%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%	2,5%	2,5%	5%	3,5%	41,5%	98,81
Disseminação de Informações Tecnológicas	Consulta realizada	62.975 unid.	11.414	3.911	8.820	12.067	17.828	6.863	7.606	14.244	7.650	9.233	7.522	6.975	114.133	181,24
Ensino em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	Aluno formado	2.500 unid.	-	-	90	32	1.077	85	123	201	349	32	1.157	18	3.164	126,56
Fomento à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual	Pessoa atendida	10.000 unid.	36	112	670	553	2.108	1.134	717	1.000	2.786	2.481	2.830	708	15.135	151,35
Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico	Centro implantado	7%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,31%	1,5%	1,5%	5%	71,43
Modernização dos Processos	Processo certificado	3 unid.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	Publicação realizada	40 unid.	-	5	3	4	16	2	6	7	4	3	3	3	56	140,00

Fonte: SIOP

## 2.2 Desempenho Institucional

Em 1º de junho de 2012, foi aprovada a Resolução PR nº 288/2012, que definiu os indicadores e metas de desempenho institucional do Instituto para o período de dezembro de 2011 a outubro de 2012, para fins de Avaliação de Desempenho Institucional, com vistas à concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade da Área de Propriedade Industrial (GDAPI). A Tabela 3 mostra detalhadamente o resultado do período em questão, quando foi alcançada a nota 10.

Em 7 de novembro de 2012, foi aprovada a Resolução PR nº 297/2012, com as metas e indicadores para o novo período de avaliação, de novembro de 2012 a outubro de 2013. A Diretoria de Patentes passou a contar com dois indicadores, um para exame técnico e outro para processamento administrativo. Também houve alteração na fórmula de cálculo dos demais indicadores (Tabela 4).

## 2.3 Indicadores de Gestão

Em julho de 2009, o Instituto implementou a sua primeira Carteira de Indicadores de Gestão por meio da Resolução PR/INPI nº 217/2009. Este trabalho foi o resultado de um esforço coletivo após um longo treinamento de servidores que criaram os indicadores de desempenho das suas áreas. Desde então o Instituto vinha monitorando e validando a Carteira de Indicadores a cada ano.

No entanto, atendendo às Recomendações da Controladoria Geral da União, relativamente ao Relatório de Auditoria Anual de Contas/CGU – Exercício 2011, o Instituto elaborou o Plano de Providências Permanente (PPP) para atender as seguintes Recomendações:

“Recomendação 1: Instituir e divulgar documento contendo a metodologia completa de apuração de todos os indicadores estabelecidos pelo INPI, inclusive aqueles previstos no Plano Plurianual vigente, viabilizando a sua mensurabilidade.

Recomendação 2: Elaborar Carteira de Indicadores que reflita fidedignamente as principais etapas e aspectos do processo de exame de pedidos de propriedade intelectual e que apresente, no que couber, uniformidade entre as diversas áreas responsáveis por esses processos, viabilizando a avaliação do desempenho da sua gestão.

Recomendação 3: Promover tratativas junto ao Ministério do Planejamento a fim de atualizar os resultados dos indicadores definidos no Plano Plurianual vigente.”

Tabela 3 – Resultado do Desempenho Institucional no período 2011/2012

Processo	Produto	Meta	Resultado Mensal											Δ %		Pontos
		Anual (A)	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Acumulado (B)	Alcançado (B/A) %	
Disseminação de Informações Tecnológicas	Informação Disseminada	86.713 unid.	10.070	11.414	3.911	8.820	12.067	17.828	6.863	7.606	14.244	7.650	9.252	109.725	126,5	10,0
Exame de Contratos e Faturas de Transferência de Tecnologia	Contrato/fatura decidido	1.558 unid.	229	158	98	174	154	193	154	245	199	145	207	1.956	125,5	10,0
Exame de Pedidos de Patente	Pedido de patente decidido	37.000 unid.	8.986	673	1.575	2.310	1.357	1.528	3.194	1.323	773	1.676	15.835	39.230	106,0	10,0
Exame de Pedidos de Registro de Marca	Exames realizados	102.999 unid.	10.013	10.309	10.484	11.461	8.128	10.369	7.345	8.219	9.628	10.538	12.776	109.270	106,1	10,0
Fomento à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual	Pessoa atendida	9.153 unid.	365	36	112	670	553	2.108	1.134	717	1.000	2.786	2.481	11.962	130,7	10,0
														<b>Média</b>	<b>10,0</b>	

Fonte: SINPI.

**Tabela 4 – Indicadores e metas dos macroprocessos da Avaliação Institucional 2012/2013**

Macroprocesso	Indicador	Meta	Fórmula de Cálculo
Exame de Pedidos de Registro de Marca	Exame técnico de marca concluído	103.118	Pedido Deferido + Pedido Indeferido
Exame de Pedidos de Patente	Exame técnico de patente concluído	7.484	Pedido Deferido + Pedido Indeferido
	Processamento administrativo de patente concluído	12.260	Pedido Arquivado + Carta-patente Expedida
Fomento à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual	Pessoa atendida em evento de PI	10.400	Nº de Pessoas Presentes em Seminários + Nº de Pessoas Atendidas em Stands + Nº de Pessoas Presentes em Palestras Isoladas + Nº de Pessoas Presentes em Congressos
Exame de Contratos e Faturas de Transferência de Tecnologia	Exame técnico de contrato e fatura concluído	1.855	Contrato e Fatura Averbados + Contrato e Fatura Indeferidos
Disseminação de Informações Tecnológicas	Informação tecnológica disseminada	4.405	Nº de Estudos Tecnológicos + Nº de Alertas Tecnológicos + Nº de Notas Técnicas + Nº de Buscas (pessoas físicas + pessoas jurídicas) + Nº de Empresas Profint + Nº de Atendimentos (pessoas físicas + pessoas jurídicas) + Nº de solicitações de cópias de documentos (pessoas físicas + pessoas jurídicas) + Nº de Revistas

Fonte: DPLAD/CGPO.

Para a elaboração da Carteira de Indicadores do INPI que reflitam as principais etapas dos processos de exame de pedidos de propriedade intelectual, além de indicadores considerados estratégicos de outras Unidades, foi realizada Oficina interna com as Diretorias envolvidas para dar uniformidade entre as métricas adotadas, levando-se em consideração as particularidades de cada macroprocesso. Nessa Oficina Interna também foi analisada a inclusão na Carteira daquelas Metas do Objetivo 0881 do PPA 2012-2015 de responsabilidade do INPI, adequando-as como indicadores, com vistas à sua mensurabilidade anual. Também foram instituídas duas Fichas de Indicador, a primeira contemplando os dados gerais de cada um, com a metodologia de sua apuração e metas para o período 2013/2015, e a segunda, os resultados alcançados e a análise de desempenho. Acompanhando as Fichas de Indicador foi instituída uma Instrução de Preenchimento das mesmas. As Fichas de Indicador foram encaminhadas às Diretorias e Unidades Responsáveis para preenchimento. A publicação da nova Resolução da Carteira de Indicadores de Gestão ficou prevista para o início de 2013.

Aproveitando que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão deu início à primeira revisão do PPA em dezembro de 2012, o INPI encaminhou, por meio do MDIC, solicitação de alterações em Metas do Objetivo 0881, conforme Recomendação da CGU.

## 2.2 Planejamento Estratégico do INPI

Em seu Planejamento Estratégico 2007-2012, o INPI projetou a Visão de tornar-se, no horizonte de tempo do Plano, um dos escritórios de propriedade intelectual de referência no mundo.

Ser um dos escritórios de referência significa, primeiramente, realizar com excelência o trabalho técnico a seu encargo. E o INPI tornou-se, seguramente, referência no exame de marcas e patentes.

O reconhecimento de sua capacidade técnica se deu na autorização para operar buscas e exames de patentes para o sistema internacional do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), e, mais importante, no efetivo desempenho dessa atividade, com reconhecimento unânime de sua qualidade por parte dos usuários e dos escritórios designados nos pedidos internacionais de patentes. Também no exame de marcas, o INPI pôde consolidar sua atuação em procedimentos otimizados que conquistaram avaliação técnica sempre positiva não apenas pelos usuários, mas também pelas autoridades judiciais.

Mas ser referência é sobretudo ser capaz de exportar a sua forma de operar, influenciando assim a forma de operar de outras entidades e órgãos nacionais de PI.

Por força de mais de 40 convênios de cooperação, firmados com igual número de países ou regiões, a Academia da Propriedade Intelectual e da Inovação, estrutura de educação, pesquisa e fomento do INPI, oferece anualmente cursos e seminários aos quais acedem milhares de pessoas, muitas delas de outros países.

O INPI oferece hoje colaboração a todos os países da América Latina, aos países da África subsaariana e aos países árabes, que cada vez demonstram maior interesse em participar das diferentes atividades educacionais do INPI e de beneficiarem-se de seu sistema de informação e comunicação.

As ferramentas eletrônicas desenvolvidas a partir das melhores práticas identificadas no mundo vieram a consubstanciar um sistema ágil e eficiente no gerenciamento interno dos processos. Destacam-se os sistemas *e-Patentes*, *e-Marcas* e *e-PEC*, este último voltado para o exame colaborativo em patentes com outros escritórios de PI no mundo, ferramenta já eleita como oficial do PROSUR, projeto que congrega nove países da América do Sul: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Suriname e Uruguai.

O INPI não seria referência se não houvesse o estabelecimento de parcerias ou alianças estratégicas com os maiores escritórios nacionais e regionais de PI. São parceiros tradicionais o Escritório Norte-americano (USPTO) e o Escritório Europeu (EPO), além da própria Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), organismo das Nações Unidas com o qual o relacionamento remonta às origens do INPI e que se consubstancia em quase 20 anos de constituição de um fundo que apóia ações no Brasil e de auxílio ao desenvolvimento de projetos voltados para países do eixo Sul-Sul. Mais recentemente, somaram-se ao grupo de colaboradores os Escritórios Chinês (SIPO), Russo (ROSPATENT), Sul-Africano (CIPC) e Indiano (IP Índia), conformando os chamados IP BRICS.

Finalmente, o INPI é hoje uma autoridade de destaque no cenário internacional de PI porque participa ativamente das discussões sobre novos tratados internacionais, e busca sempre construir caminhos para que o Brasil participe com autonomia e de maneira soberana. Discussões em torno de um novo Tratado Internacional de Indicações Geográficas, da reforma do PCT, do aprimoramento da Classificação Internacional de Patentes (IPC) e o encaminhamento com êxito para análise legislativa, por intermédio do Executivo Federal, para a adesão ao Protocolo de Madri, somente vieram a consolidar a imagem do Instituto como um ente central para o desenvolvimento da posição brasileira a respeito destes temas.

Para atingir o estado desejado conforme a Visão 2012, o INPI pautou seus esforços orientado por sete Diretrizes Estratégicas e 18 Objetivos Estratégicos, a saber:

*I - Garantia da Eficiência e da Qualidade no Exame e Registro de Direitos*

1. Aumentar a Eficiência Operacional
2. Atualizar as Diretrizes e Procedimentos de Exame

*II - Divulgação e Comunicação do INPI com a Sociedade*

3. Promover a Cultura de Respeito à Propriedade Intelectual
4. Promover a Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

*III - Aperfeiçoamento Institucional do Sistema Nacional de Propriedade Intelectual*

5. Assegurar o Uso Estratégico do Sistema da Propriedade Intelectual pelas Empresas Brasileiras
6. Apoiar o Estabelecimento da Jurisprudência em Matérias de Propriedade Intelectual
7. Revisar a Lei da Propriedade Industrial - LPI

*IV - Execução e Fomento da Educação e da Pesquisa em Propriedade Intelectual*

8. Desenvolver a Academia de Inovação e Propriedade Intelectual
9. Consolidar as Atividades de Pesquisa em Propriedade Intelectual

*V - Inserção no Sistema Internacional de Propriedade Intelectual*

10. Aderir aos Tratados Internacionais
11. Ampliar a Cooperação Sul-Americana

12. Fortalecer a Cooperação com Autoridades de Propriedade Intelectual dos Parceiros Comerciais do Brasil

*VI - Desenvolvimento da Infraestrutura de Suporte à Propriedade Intelectual*

13. Articular Nacionalmente as Micro e Pequenas Empresas

14. Desenvolver Institucionalmente o Sistema Brasileiro de Propriedade Intelectual

*VII - Modernização do INPI*

15. Melhorar a Logística e Instalações

16. Consolidar a Automação

17. Desenvolver a Gestão Integrada de Recursos Humanos do INPI

18. Implantar a Gestão da Qualidade

Visando ao alcance desses Objetivos, foi formada uma Carteira de Projetos Estratégicos com 73 projetos originalmente, alguns com horizonte além de 2012 devido às suas características próprias. Ao longo do período, a Carteira foi sofrendo alterações e monitoramento intensivo a partir de 2009, conforme análise no item 3.1 deste Relatório.

Ao final de seu horizonte em 2012, o Planejamento Estratégico do INPI pode ser considerado um importante marco para a Instituição, pois atingiu satisfatoriamente a maioria de suas Diretrizes e Objetivos Estratégicos, apesar das dificuldades enfrentadas na implantação de seus projetos, conforme análise no item 3 a seguir.

Agora, vislumbra-se um novo cenário nacional e internacional da propriedade intelectual e, para ampliar e organizar a participação interna e dos seus *stakeholders* e incorporar novas metodologias e ferramentas, o ciclo de Planejamento Estratégico 2013-2022 demandará novos desafios para o Instituto.

De qual INPI o Brasil precisa? O que é necessário fazer para atender uma demanda cada vez maior? Como enfrentar as adversidades nos cenários interno e externo?

A construção do novo Planejamento Estratégico partirá das discussões do “Congresso do INPI”, a ser realizado no período de 19 a 21/03/2013, e contará com o apoio de uma consultoria especializada externa, ainda a ser contratada no âmbito do programa de modernização da gestão desenhado em parceria com a Câmara de Gestão da Presidência da República.

Em 2013 o INPI seguirá com as metas e iniciativas do Plano Plurianual 2012-2015 e os compromissos da Agenda Estratégica 2013-2014, a qual será pactuada com o MDIC no início do próximo ano.

### **3 DIVISÃO DE GESTÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS**

A DIGEP tem a função de coordenar e oferecer suporte técnico à gestão de projetos estratégicos do Instituto, visando a aumentar a capacidade de execução.

O acompanhamento dos projetos estratégicos do INPI é feito através do Sistema de Gestão de Projetos Estratégicos (SIGEP). O Sistema é uma ferramenta informatizada que unifica e simplifica o acesso às informações gerenciais dos projetos estratégicos prioritários do INPI. Sua finalidade é fornecer informações executivas, confiáveis e tempestivas, para apoiar o monitoramento intensivo e a tomada de decisão estratégica para superar os gargalos da execução dos projetos prioritários, além de oferecer transparência e, em consequência, estímulo ao engajamento.

Em 2012, a DIGEP implementou melhorias no SIGEP: a alteração do leiaute, para tornar mais intuitiva a utilização do sistema; e a inclusão de novas facilidades, como o módulo de orçamento. Outras atividades no ano foram a elaboração dos relatórios de monitoramento quadrimestral da Carteira de Projetos e a preparação de uma proposta de revisão da Carteira de Projetos, em virtude do encerramento do ciclo de planejamento 2007/2012.

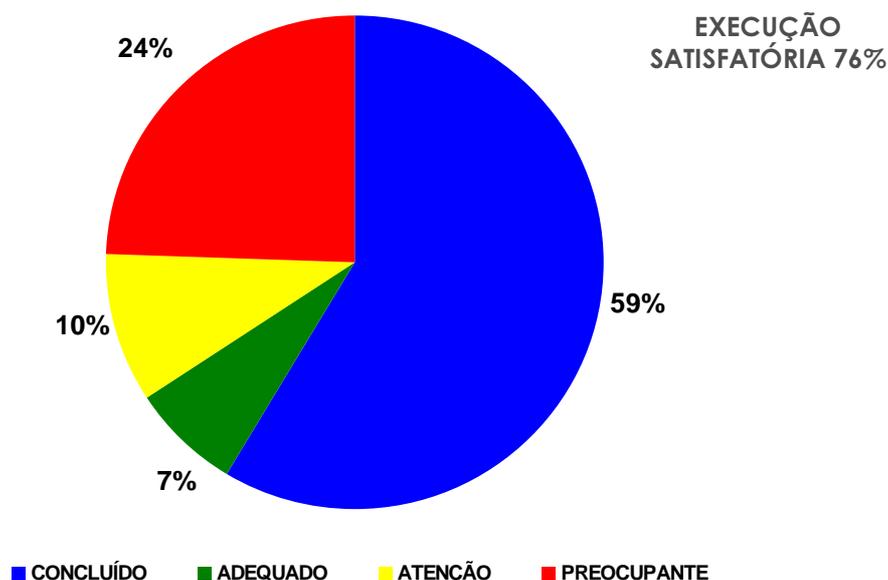
A atividade prioritária da Divisão para 2013 é a proposta de uma nova Carteira de Projetos Estratégicos, baseada na Agenda Estratégica do INPI para o Biênio 2013-2014, orientando e apoiando sua execução e zelando por seu cumprimento.

A Carteira de Projetos do INPI é composta por um total de 19 projetos estratégicos, sendo sete da carteira original do Planejamento Estratégico 2007-2012 e 12 projetos prioritários. Os demais projetos da carteira original foram concluídos, incorporados a projetos prioritários ou cancelados por insuficiência de desempenho, inviabilidade operacional ou por terem sido reclassificados como projetos setoriais.

#### **3.1 Desempenho da Carteira de Projetos**

Ao término do Planejamento, o percentual de projetos com execução satisfatória era de 76%, enquanto os projetos preocupantes representaram 24% do total da carteira (Gráfico 1). O percentual de projetos com execução satisfatória foi calculado levando-se em conta os projetos com execução adequada e em estado de atenção, além de todos os projetos concluídos até dezembro de 2012.

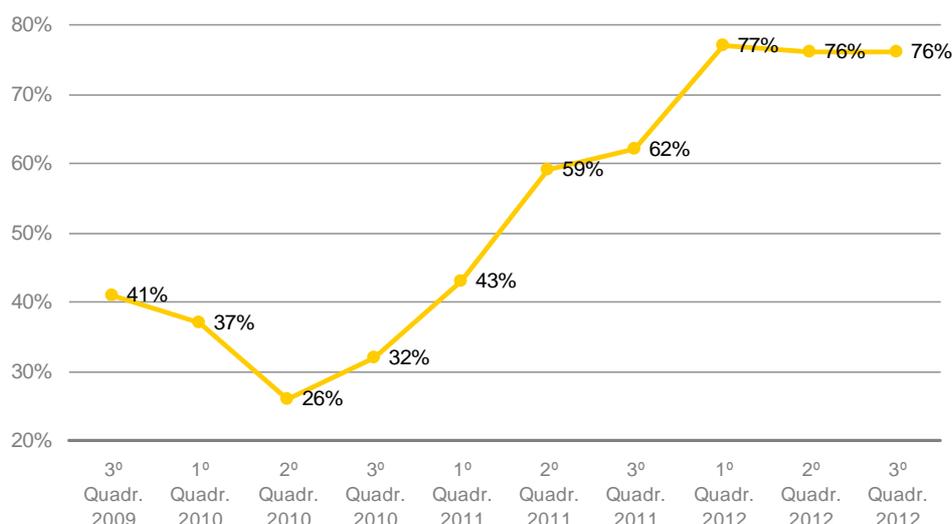
**Gráfico 1 - Situação da Carteira de Projetos do INPI – Dezembro/2012**



Fonte: DIGEP/CGPO.

O Gráfico 2 apresenta a evolução do Índice de Execução Satisfatória (IES) ao longo dos quadrimestres. Observa-se que a capacidade de execução dos projetos prioritários vem melhorando gradativamente até o primeiro quadrimestre de 2012, mantendo-se praticamente estável ao longo do ano no patamar de 76%. Com esse resultado, foi superada a meta de 70% estipulada para o IES em 2012 .

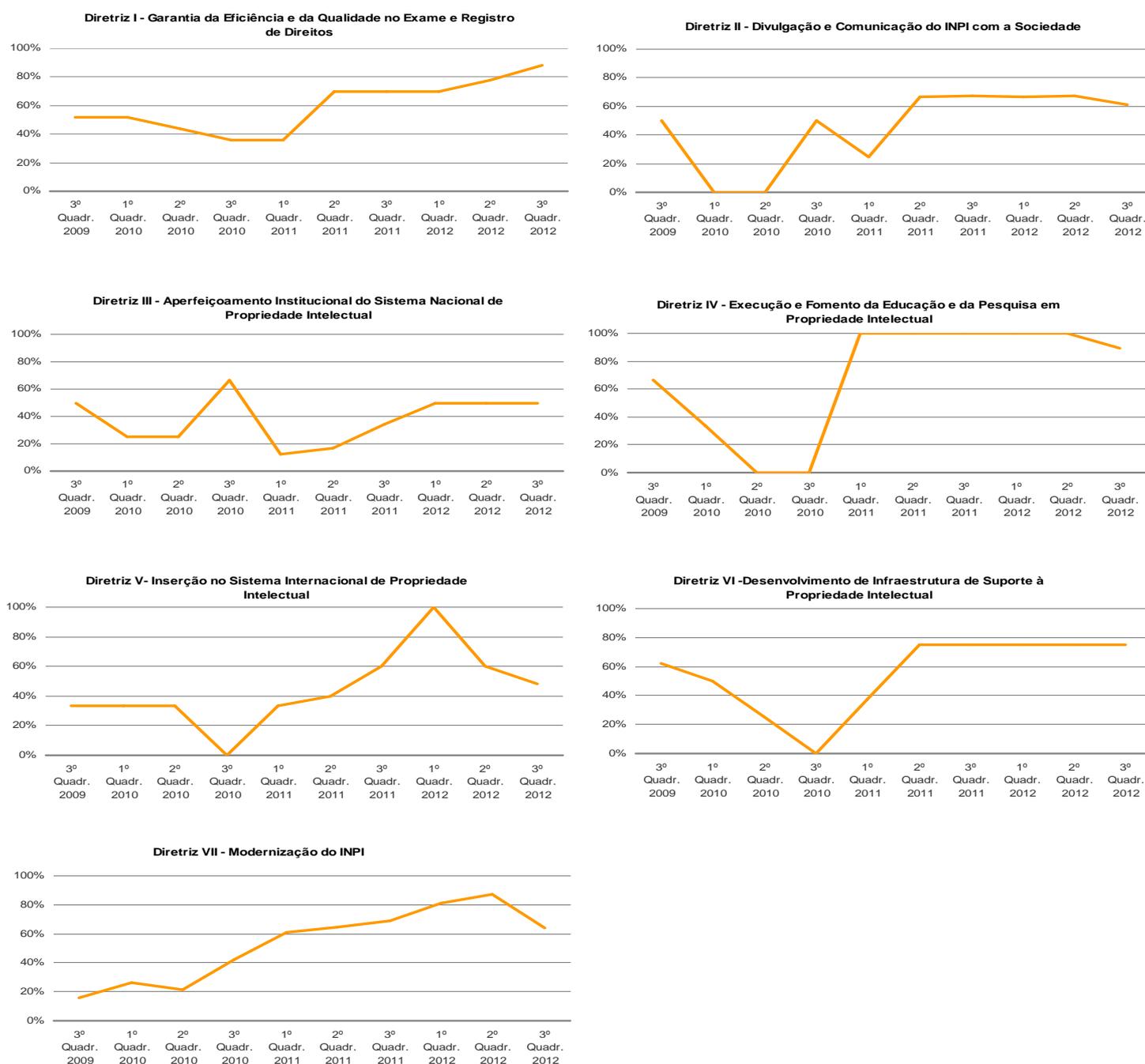
**Gráfico 2 - Evolução do Índice de Execução Satisfatória (IEA)  
Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012**



Fonte: DIGEP/CGPO.

Com relação às Diretrizes Estratégicas do Planejamento do INPI, a Diretriz I se destaca com aumento de 78% para 88%. As Diretrizes III e VI mantiveram o mesmo resultado do 2º quadrimestre de 2012. Nas Diretrizes II, IV, V e VII, houve uma queda no desempenho; contudo, as IV e VI, ainda assim, registraram bons resultados ao final do de 2012 (Gráfico 3).

**Gráfico 3 - Evolução da Situação dos Projetos por Diretriz Estratégica  
Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012**



Fonte: DIGEP/CGPO.

O Gráfico 4 apresenta os principais problemas que prejudicaram a execução dos projetos da carteira no 3º quadrimestre de 2012. Os problemas mais citados pelos gerentes dos projetos referem-se às categorias Fatores Externos, Pessoal e Outros, os quais corresponderam a 56% do total. Destaca-se que os três principais problemas também figuraram entre os cinco mais citados no período anterior. A categoria Fatores Externos permaneceu sendo o problema mais citado nos últimos quadrimestres. Foi observado, também, que os quatro problemas menos frequentes foram os mesmos do quadrimestre anterior. Cabe destacar que Gerenciamento do Projeto foi o problema menos citado 3º quadrimestre de 2012; no quadrimestre anterior, Orçamento havia sido o obstáculo menos mencionado.

**Gráfico 4 - Principais Problemas de Execução dos Projetos Estratégicos  
3º Quadrimestre de 2012**



Fonte: DIGEP/CGPO.

É importante observar o desempenho exclusivo dos projetos em andamento no 3º quadrimestre de 2012, sem considerar, portanto, a contribuição (sempre favorável) dos projetos já concluídos em períodos anteriores. Neste caso, apenas 32% dos 19 projetos estratégicos em andamento tiveram execução satisfatória.

Como demonstrado, muito ainda precisa ser feito até que se atinja um padrão estável de excelência na execução dos projetos estratégicos. O principal desafio da melhoria da gestão dos projetos estratégicos é a implantação de um processo sistemático, ágil e eficiente de governança, envolvendo diretamente a Presidência e a diretoria do INPI no acompanhamento dos projetos e na tomada de decisões para garantir sua execução.

Para isso é necessária a aprovação da nova Carteira de Projetos Estratégicos para o biênio 2013-2014, de forma a incorporar e concentrar recursos na execução das atuais prioridades de ações e resultados do INPI.

## **4 DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

A DIPOR é responsável pela elaboração da Proposta Orçamentária do INPI e pelo acompanhamento da execução do Orçamento. A previsão de receita, a fixação da despesa, bem como o monitoramento de ambas, estão entre as funções mais importantes da unidade.

No exercício de 2012, a Divisão intensificou a disponibilização de informações de caráter gerencial e operacional na página da CGPO na Intranet. As planilhas de programação orçamentária que compõem a Lei Orçamentária Anual (LOA) são atualizadas sempre que ocorrem modificações, o que permite a todos acompanharem o planejamento das diversas unidades responsáveis pela gestão orçamentária.

O Relatório Gerencial da Receita, agora bimestral, permite aos usuários internos melhor visualização da arrecadação do INPI, sempre com caráter comparativo, mostrando a evolução dos serviços prestados pelas diretorias finalísticas.

Em 2013, a publicação do Relatório Gerencial da Despesa, também de periodicidade bimestral, permitirá maior conhecimento da execução da despesa por todos os interessados e dará maior transparência ao processo de solicitações de remanejamentos e suplementações orçamentárias, além de ser mais uma ferramenta gerencial para tomada de decisão.

### **4.1 Orçamento**

#### **4.1.1 Lei Orçamentária Anual e Créditos**

A Lei Orçamentária Anual nº 12.595 – LOA 2012, de 19 de janeiro de 2012, consignou para o INPI uma dotação de R\$ 272.124.650,00 e estimou a Receita em R\$ 245.239.946,00.

Como nos últimos anos, o referencial monetário estabelecido pelo MDIC para o INPI em 2012 foi aquém das necessidades. A dotação consignada em Lei, custeio e investimento, tão somente garantiria o funcionamento do Instituto sem a realização de novas contratações, projetos e investimentos, provocando um retrocesso no avanço realizado nos últimos anos, inviabilizando a participação do Instituto nas negociações nacionais e internacionais sobre propriedade intelectual e impedindo o cumprimento das metas indispensáveis ao êxito dos objetivos traçados.

O aumento da tabela de retribuições do INPI em 18,5%, que entrou em vigor em janeiro de 2012 por meio das Portarias Ministeriais GM/MDIC nº 275 e 326/2011, não foi considerado na estimativa da Receita 2012. Este fato influenciou a definição do referencial monetário estabelecido para despesas.

Diante do cenário apresentado, já no primeiro período de solicitações de créditos foram solicitadas três alterações orçamentárias, conforme demonstrado na Tabela 5. Verifica-se, também, o crédito solicitado no segundo período e o extraordinário.

**Tabela 5 – Créditos Orçamentários INPI**

Controle	Valor (R\$)	Ação Suplementada	Instrumento de Aprovação
16077	27.050.000,00	Diversas*	Projeto de Lei
16400	5.500.000,00	8907	Decreto
16573	5.600.000,00	2000	Decreto
19294	9.591.000,00	2000	Projeto de Lei
-	2.087.638	2000	Medida Provisória

\*Ações - 2760/8096/8907/8910/2000/20JH/4572/4641

Fonte: SIOP.

Em maio, houve liberação do crédito de R\$ 5,6 milhões por excesso de arrecadação, bem como do crédito por remanejamento de R\$ 5,5 milhões. Contudo, somente no dia 20/12/2012 houve liberações do crédito suplementar por excesso de arrecadação de R\$ 27,05 milhões e do crédito por remanejamento de R\$ 9,5 milhões, inviabilizando alguns investimentos programados, assim como influenciando todo funcionamento da Autarquia, restringindo a contratação de alguns serviços que dariam continuidade ao processo de modernização e crescimento do INPI.

Quanto ao crédito extraordinário aberto no exercício 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27/12/2012, no valor de R\$ 2,09 milhões, refere-se a 1/3 do total da dotação de Investimentos constante no Projeto de Lei Orçamentária 2013. Este adiantamento faz parte da iniciativa do Governo de manter os investimentos já iniciados, considerando que a LOA 2013 não foi aprovada em 2012. A partir da edição de uma Medida Provisória, haverá reabertura do crédito em 2013.

Em relação ao ano de 2011, a LOA mais créditos adicionais sofreu um acréscimo de 20,50%, totalizando ao final do exercício R\$ 312.132.575,00. O crescimento foi

considerável, mas não satisfatório frente às necessidade do INPI, já que os R\$ 27,05 milhões somente foram liberados em 20 de dezembro.

A Tabela 6 traz o comparativo das Leis Orçamentárias do INPI nos últimos quatro anos.

**Tabela 6 - Comparativo LOA mais Créditos Adicionais**

Ano	Lei + Créditos (R\$)	Varição (%)
2009	275.871.109,00	-
2010	252.696.871,00	-8,40
2011	259.027.911,00	2,51
2012	312.132.575,00	20,50

Fonte: SIAFI.

No Anexo 1, encontra-se o demonstrativo completo da dotação consignada do Instituto com o detalhamento dos créditos adicionais e remanejamentos.

## 4.2 Receita

O reajuste da tabela de retribuições do INPI em 18,5%, a partir de janeiro de 2012, faz parte de um conjunto de medidas visando à melhoria dos serviços oferecidos pelo INPI para atender às expectativas da sociedade brasileira, principalmente no que se refere à redução do *backlog* de patentes e marcas.

Em 2012, o INPI arrecadou R\$ 266.651.117,90, que representam 108,7% da estimativa de receita do Instituto na LOA 2012, conforme Tabela 7. A arrecadação de recursos não financeiros (Fonte 250) superou a estimativa em 10,2%, e a de recursos financeiros (Fonte 280) foi 2,6% aquém da estimativa. As naturezas de receita com seus grupamentos constam no Anexo 2.

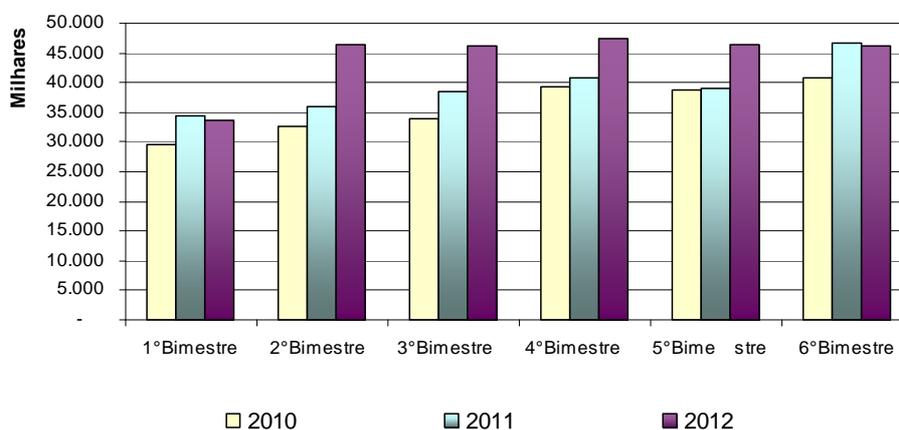
No primeiro bimestre do ano, houve redução na quantidade de serviços prestados pelo INPI devido ao reajuste da tabela de retribuições, já que sua divulgação gerou uma antecipação da demanda para dezembro de 2011, quando a receita atingiu R\$ 28,9 milhões. Por esse motivo, a arrecadação no primeiro bimestre do ano não foi beneficiada pelas novas tarifas dos serviços, como mostra o Gráfico 5.

**Tabela 7 – Demonstrativo da Receita por Fonte de Recurso**

FONTE	Estimativa da Receita LOA 2012	RECEITA					
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
250 - Recursos não financeiros	217.044	13.169	15.588	22.102	19.850	21.134	20.439
280 - Recursos financeiros	28.196	2.625	2.377	2.256	2.202	2.331	2.356
<b>TOTAL</b>	<b>245.240</b>	<b>15.794</b>	<b>17.965</b>	<b>24.359</b>	<b>22.053</b>	<b>23.465</b>	<b>22.795</b>

FONTE	RECEITA							% LOA
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL	
250 - Recursos não financeiros	21.604	21.493	18.672	23.137	20.343	21.662	239.193	110,2%
280 - Recursos financeiros	2.061	2.336	2.378	2.369	2.409	1.758	27.459	97,4%
<b>TOTAL</b>	<b>23.664</b>	<b>23.829</b>	<b>21.050</b>	<b>25.506</b>	<b>22.751</b>	<b>23.420</b>	<b>266.651</b>	<b>108,7%</b>

Fonte: SIAFI.

**Gráfico 5 – Receita Bimestral do INPI – 2010 a 2012**

Fonte: SIAFI.

No segundo bimestre de 2012, a receita do INPI cresceu 37% frente à arrecadação realizada até fevereiro, tendo se mantido no patamar de R\$ 46 milhões nos demais bimestres do ano. Essa recuperação equilibrou o comportamento da receita, que superou em 8,7% a estimativa da LOA para 2012, com excesso de arrecadação.

A Tabela 8 mostra a variação positiva do valor arrecadado ao longo dos anos, com aumento de 9,7% de 2010 para 2011 e de 13,2% de 2011 para 2012. Devido ao baixo desempenho no primeiro bimestre de 2012 e ao recorde de arrecadação em dezembro de 2011, a receita de serviços em 2012 refletiu parcialmente o reajuste da tabela, com crescimento de 15,8% em relação a 2011.

**Tabela 8 - Comparativo da Receita de 2010 a 2012**

Grupo de Receita	R\$ 1,00					
	2010	Δ% 2010-2011	2011	Δ% 2011-2012	2012	% Total
Receita Patrimonial	23.098.518	20,1%	27.740.826	-1,7%	27.281.533	10,2%
Receita de Serviços	190.940.107	7,6%	205.439.134	15,8%	237.974.702	89,2%
Outras Receitas	719.656	236,1%	2.418.764	-42,3%	1.394.883	0,5%
<b>TOTAL</b>	<b>214.758.281</b>	<b>9,7%</b>	<b>235.598.724</b>	<b>13,2%</b>	<b>266.651.118</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIAFI.

A receita de serviços somou R\$ 237.974.702, que representa 89,2% do total. A segunda maior arrecadação foi proveniente da receita patrimonial, que atingiu R\$ 27.281.533, equivalentes a 10,2% da receita total. As outras receitas representaram apenas 0,5% do valor total arrecadado.

Na receita de serviços existe uma grande concentração nas rubricas de serviços de registro de marcas e de concessão de patentes, que juntas respondem por 85,1% da receita total do INPI, conforme Tabela 3. Em 2012, o serviço de patentes concentrou 48,9% do total da receita de serviços, enquanto o de marcas representou 46,5%. Os outros serviços somados equivaleram apenas a 4,6% da arrecadação dos serviços prestados pelo INPI.

A terceira maior receita de serviços vem da transferência de tecnologia. Apesar de representar apenas 1,5% do valor arrecadado com serviços prestados, esta receita apresentou crescimento de 26,1% em comparação com 2011.

**Tabela 9 – Demonstrativo da Receita de Serviços**

R\$ 1,00

SERVIÇO	2011	Δ% 2011-2012	2012	% Receita de Serviços	% Receita Total
Patentes	103.738.380	12,2%	116.366.242	48,9%	43,6%
Registro de Marcas	96.156.332	15,0%	110.625.712	46,5%	41,5%
Transferência de Tecnologia	2.912.785	26,1%	3.673.355	1,5%	1,4%
Registro de Desenho Industrial	1		2.832.401	1,2%	1,1%
Remessa de Depósitos Oficiais	1		1.654.193	0,7%	0,6%
Outras Receitas de Serviços	2.631.637	7,3%	2.822.799	1,2%	1,1%
<b>TOTAL</b>	<b>205.439.134</b>	<b>15,8%</b>	<b>237.974.702</b>	<b>100,0%</b>	<b>89,2%</b>

Fonte: SIAFI.

Dentre as outras receitas de serviços, destacam-se os serviços de registro de desenho industrial e a remessa de depósitos oficiais, que somaram R\$ 4.486.594 em 2012, sem que houvesse registro dessas arrecadações no SIAFI em 2011<sup>1</sup>.

Os serviços de patentes que mais geraram receita em 2012 foram a anuidade de pedido, a petição de patente e a anuidade de patente, responsáveis por 92,1% da arrecadação obtida pelos serviços de patentes, conforme Tabela 10. Esses serviços representam 40,2% da receita total do INPI.

**Tabela 10 – Demonstrativo da Receita de Patentes**

R\$

10	2011	Δ% 2011-2012	2012	% Receita de Patentes	% Receita de Serviços	% Receita Total
Anuidade de Pedido	31.614.050	18,1%	37.326.596	32,1%	15,7%	14,0%
Petição de Patente	31.113.682	16,1%	36.117.408	31,0%	15,2%	13,5%
Anuidade de Patente	31.484.565	7,2%	33.737.207	29,0%	14,2%	12,7%
Depósito de Patente	5.593.095	26,0%	7.045.785	6,1%	3,0%	2,6%
Outros serviços	3.932.988	-45,6%	2.139.246	1,8%	0,9%	0,8%
<b>TOTAL</b>	<b>103.738.380</b>	<b>12,2%</b>	<b>116.366.242</b>	<b>100,0%</b>	<b>48,9%</b>	<b>43,6%</b>

Fonte: PAG.

<sup>1</sup> Essas receitas não possuíam contas próprias no SIAFI em 2011, sendo registradas dentro de outras contas de receita. O serviço de registro de desenho industrial começou a ser contabilizado em conta própria em março de 2012 e a remessa de depósitos oficiais, em abril de 2012.

Os serviços de marcas que mais geraram receita em 2012 foram o depósito de marca e o decênio de marca, responsáveis por 67,8% da arrecadação obtida pelos serviços de marcas, conforme Tabela 11. Esses serviços representam 28,1% da receita total do INPI.

**Tabela 11 – Demonstrativo da Receita de Marcas**

R\$						
MARCAS	2011	Δ% 2011-2012	2012	% Receita de Marcas	% Receita de Serviços	% Receita Total
Depósito de Marca	37.971.580	12,1%	42.554.500	38,5%	17,9%	16,0%
Decênio de Marca	24.981.884	30,0%	32.478.810	29,4%	13,6%	12,2%
Prorrogação de Marca	16.455.910	10,8%	18.234.690	16,5%	7,7%	6,8%
Petição de Marca	10.971.170	12,5%	12.345.290	11,2%	5,2%	4,6%
Outros serviços	5.775.788	-13,2%	5.012.422	4,5%	2,1%	1,9%
<b>TOTAL</b>	<b>96.156.332</b>	<b>15,0%</b>	<b>110.625.712</b>	<b>100,0%</b>	<b>46,5%</b>	<b>41,5%</b>

Fonte: PAG.

Os cinco principais serviços de marcas e patentes prestados pelo INPI respondem por 68,3% da receita total realizada em 2012. Os serviços que tiveram maior crescimento entre 2011 e 2012 foram o decênio de marca e o depósito de patente, com variações de 30% e 26%, respectivamente.

## 4.3 Despesa

### 4.3.1 Repasses Orçamentários

Os repasses orçamentários em 2012 somaram R\$ 2.268.316,00, representando somente 0,72% da Lei Orçamentária Anual mais créditos do INPI, que totalizaram R\$ 312.132.575,00. A Tabela 12 demonstra, por ação orçamentária, os repasses deste exercício.

Tabela 12 - Repasses

Programa 2055 - Desenvolvimento Produtivo	
Ação	R\$ 1,00
8096 - Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	958.145
7F44 - Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico	1.100.000
Programa 0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais	
Ação	R\$
00G5 - Contribuição da União, de suas autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	5.023
0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	205.148
<b>TOTAL</b>	<b>2.268.316</b>

Fonte: SIAFI.

Do total dos repasses, R\$ 958.145,00 foram para a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (FUCAPES) e referem-se à prestação de serviços por meio do Termo de Cooperação firmado entre o INPI e a CAPES, que tem como finalidade específica disponibilizar o Portal de Periódicos da CAPES aos pesquisadores, tecnólogos, analistas, técnicos e colaboradores do INPI. Neste exercício, a prestação de serviços foi integralmente executada na Ação 8096 – Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento.

Os R\$ 1.100.000,00 da ação 7F44 foram repassados ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), para continuidade do projeto de construção do Centro Brasileiro de Material Biológico (CBMB), conforme acordo firmado entre os dois Institutos.

Os repasses do Programa 0901 totalizaram R\$ 210.171,00 e referem-se aos precatórios devidos pelo INPI.

#### 4.3.2 Execução Orçamentária Sede e Divisões Regionais

O Programa Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior representou 83,95% (R\$ 262.040.161,00) do total da dotação estabelecida na LOA mais créditos adicionais do INPI. O índice de execução total do Programa somou 89,02% (R\$ 233.279.301,00). Considerando-se que, dos R\$ 262.040.161,00 aprovados em Lei, 13,4% (R\$ 35.341.000,00) referem-se à dotação aprovada em dezembro, o índice de execução do INPI foi positivo.

O Anexo 3 traz um demonstrativo da execução da LOA mais créditos adicionais, por ação orçamentária, com os respectivos índices de execução.

Das ações com índices de execução inferior a 60%, as ações 4572 – Capacitação dos Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação e 4641 – Publicidade de Utilidade Pública receberam créditos suplementares somente em dezembro, o que tornou inviável sua execução.

A ação orçamentária “Administração da Unidade”, que representa 38% da dotação do Programa Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, foi suplementada somente em dezembro de 2012. Porém, uma parte deste crédito pôde ser utilizada, permitindo que o INPI honrasse as despesas já contratadas, além da contratação do novo Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa – SIGINPI.

As ações do Programa Desenvolvimento Produtivo, sob responsabilidade do INPI, somaram R\$ 8.104.050,00, representando apenas 2,59% da Lei Orçamentária Anual mais créditos adicionais do Instituto. Daquele montante, foram executados 77,91%, sendo R\$ 4.255.666,00 referentes a valores empenhados e R\$ 2.058.145,00, aos repasses realizados.

As ações “Disseminação de Informações Tecnológicas”, “Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento”, “Cooperação Técnica em Propriedade Intelectual” e “Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico” se destacaram com índices de execução acima dos 80%. Por outro lado, as ações “Fomento à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual”, “Ensino em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento” e “Modernização dos Processos” tiveram índices de execução abaixo de 35%. Essas ações foram prejudicadas porque o crédito suplementar que recompôs o Orçamento do INPI foi liberado somente em dezembro de 2012. Não houve tempo hábil para realização das contratações que seguiam um planejamento durante o ano.

No exercício de 2012, a liberação de cota correspondeu ao valor da dotação aprovada na LOA inicial, não sendo, portanto, um impeditivo para realização das ações.

No Anexo 4, encontra-se a execução dos quatro Escritórios de Difusão Regional descentralizados. Os destaques totalizaram R\$ 2.109.744,00 e sua execução somou 95,16%. Os recursos destinaram-se às despesas de manutenção dos Escritórios.

A Tabela 13 apresenta a execução das despesas do INPI por grupo de natureza de despesa, nos anos de 2011 e 2012.

**Tabela 13 - Comparativo das Despesas Realizadas por Grupo**

<b>Grupo</b>	<b>Ano</b>	<b>Lei + Créditos (R\$)</b>	<b>Realizado Jan. a Dez. (R\$)</b>	<b>Realizado (%)</b>
Pessoal e Encargos Sociais	2011	167.933.252	166.805.297	<b>99,33</b>
	2012	175.229.973	167.666.456	<b>95,68</b>
Outras Despesas Correntes	2011	85.394.659	71.025.142	<b>83,17</b>
	2012	117.864.964	98.861.344	<b>83,88</b>
Investimentos	2011	5.700.000	5.500.543	<b>96,50</b>
	2012	19.037.638	10.478.772	<b>55,04</b>
<b>Total</b>	<b>2011</b>	<b>259.027.911</b>	<b>243.330.982</b>	<b>93,94</b>
	<b>2012</b>	<b>312.132.575</b>	<b>277.006.572</b>	<b>88,75</b>

Fonte: SIAFI.

Observa-se que os índices de execução dos grupos Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes tiveram variações pequenas. Por outro lado, houve um decréscimo de 55% no índice de execução do grupo Investimentos. No entanto, cabe ressaltar que, em valores absolutos, houve um aumento de 234% do disponibilizado, que passou de R\$ 5,7 milhões para R\$ 19 milhões, sendo o valor executado em 2012 (R\$ 10,4 milhões) cerca de 90% maior que o de 2011 (5,5 milhões). Mesmo assim, os investimentos foram insatisfatórios em decorrência da infraestrutura necessária aos novos concursados que serão nomeados em 2013 e do crescimento da demanda por serviços ofertados pelo INPI.

As despesas totais passaram de R\$ 243.330.982,00 em 2011 para R\$ 277.006.572,00 em 2012, representando um aumento de 13,8%. É necessário um aumento gradativo da dotação do orçamento nos próximos anos visando a preservar o processo de crescimento do INPI, o atingimento das metas pactuadas com o Governo e a eficiência do serviço prestado à sociedade.

Anexo 1 - Lei Orçamentária Anual - LOA Nº 12.595 + Créditos Adicionais 2012

R\$ 1,00

Programática	Programa/Ação	Func.	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	L O A	CRÉDITOS	TOTAL	
<b>0089</b>	<b>Previdência de Inativos e Pensionistas da União</b>								<b>36.795.483</b>	<b>4.982.710</b>	<b>41.778.193</b>	
<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>									<b>36.795.483</b>	<b>4.982.710</b>	<b>41.778.193</b>	
0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - Nacional	09 272							36.795.483	4.982.710	41.778.193	
			S	1- PES	1	90	0	250	36.795.483	4.982.710	41.778.193	
<b>0901</b>	<b>Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças Judiciais</b>								<b>224.884</b>	<b>(14.713)</b>	<b>210.171</b>	
<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>									<b>224.884</b>	<b>(14.713)</b>	<b>210.171</b>	
0901 00G5 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de	28 846							5.023	-	5.023	
			F	1- PES	0	91	0	100	5.023	-	5.023	
0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) - Nacional	28 846							219.861	(14.713)	205.148	
			F	1- PES	1	90	0	100	45.660	(3.138)	42.522	
			F	3- ODC	1	90	0	100	174.201	(11.575)	162.626	
<b>2055</b>	<b>Desenvolvimento Produtivo</b>								<b>9.155.050</b>	<b>(1.051.000)</b>	<b>8.104.050</b>	
<b>ATIVIDADES</b>									<b>5.504.000</b>	<b>(151.000)</b>	<b>5.353.000</b>	
2055 2760 0001	Fomento à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual	22 664							101.000	430.000	531.000	
			F	3- ODC	2	90	0	250	101.000	430.000	531.000	
2055 6481 0001	Disseminação de Informações Tecnológicas	22 573							4.000.000	(1.350.000)	2.650.000	
			F	3- ODC	2	90	0	100	2.000.000	-	2.000.000	
			F	3- ODC	2	90	0	250	2.000.000	(1.350.000)	650.000	
2055 8096 0001	Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	22 664							1.201.000	230.000	1.431.000	
			F	3- ODC	2	90	0	250	1.201.000	230.000	1.431.000	
2055 8907 0001	Ensino em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	22 664							101.000	-	101.000	
			F	3- ODC	2	90	0	250	101.000	-	101.000	
2055 8910 0001	Modernização dos Processos	22 664							101.000	539.000	640.000	
			F	3- ODC	2	90	0	250	101.000	539.000	640.000	
<b>PROJETOS</b>									<b>3.651.050</b>	<b>(900.000)</b>	<b>2.751.050</b>	
2055 10U2 0001	Cooperação Técnica em Propriedade Intelectual	22 664							1.651.050	-	1.651.050	
			F	3- ODC	2	80	0	250	1.651.050	-	1.651.050	
0393 7F44 0001	Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico	22 664							2.000.000	(900.000)	1.100.000	
			F	4- INV	2	90	0	250	2.000.000	(900.000)	1.100.000	
<b>2121</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior</b>								<b>225.949.233</b>	<b>32.503.290</b>	<b>259.452.523</b>	
<b>ATIVIDADES</b>									<b>196.362.023</b>	<b>39.076.000</b>	<b>236.438.023</b>	
2121 20CW 0001	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	22 301							181.980	(180.000)	1.980	
			S	3- ODC	1	90	0	100	181.980	(180.000)	1.980	
2121 20JH 0001	Gestão da Tecnologia da Informação	22 664							21.937.923	2.500.000	24.437.923	
			F	3- ODC	2	90	0	100	10.565.840	(1.000.000)	9.565.840	
			F	3- ODC	2	90	0	250	10.372.083	(5.500.000)	4.872.083	
			F	4- INV	2	90	0	250	1.000.000	9.000.000	10.000.000	
2121 20TP 0001	Paqamento de Pessoal Ativo da União	22 122							109.389.735	-	110.389.735	
			F	1- PES	1	90	0	100	-	1.000.000	1.000.000	
			F	1- PES	1	90	0	250	109.163.069	-	109.163.069	
			F	1- PES	1	91	0	250	226.666	-	226.666	
2121 2000 0001	Administração da Unidade	22 122							56.638.385	34.841.000	91.479.385	
			F	3- ODC	2	90	0	100	4.500.000	1.000.000	5.500.000	
			F	3- ODC	2	90	0	250	20.442.816	31.491.000	51.933.816	
			F	3- ODC	2	90	0	280	28.195.569	-	28.195.569	
			F	4- INV	2	90	0	100	2.500.000	-	2.500.000	
			F	4- INV	2	90	0	250	1.000.000	2.350.000	3.350.000	
2121 2000 0101	Administração da Unidade - Crédito Extraordinário	22 122							-	2.087.638	2.087.638	
			F	4- INV	2	90	0	250	-	2.087.638	2.087.638	
2121 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	22 301							2.124.000	(100.000)	2.024.000	
			S	3- ODC	1	90	0	100	2.124.000	(100.000)	2.024.000	
2121 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	22 365							132.000	15.000	147.000	
			F	3- ODC	1	90	0	100	132.000	15.000	147.000	
2121 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	22 331							840.000	-	840.000	
			F	3- ODC	1	90	0	100	840.000	-	840.000	
2121 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	22 306							3.516.000	(100.000)	3.416.000	
			F	3- ODC	1	90	0	100	3.516.000	(100.000)	3.416.000	
2121 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e	22 128							601.000	-	601.000	
			F	3- ODC	2	90	0	100	300.000	-	300.000	
			F	3- ODC	2	90	0	250	301.000	500.000	801.000	
2121 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública	22 131							1.001.000	2.100.000	3.101.000	
			F	3- ODC	2	90	0	250	1.001.000	2.100.000	3.101.000	
<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>									<b>23.347.210</b>	<b>(332.710)</b>	<b>23.014.500</b>	
2121 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de	22 122							23.347.210	(332.710)	23.014.500	
	Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional											
			F	1- PES	0	91	0	250	23.347.210	(332.710)	23.014.500	
<b>PROJETOS</b>									<b>6.240.000</b>	<b>(6.240.000)</b>	<b>-</b>	
2121 13DI 0033	Reforma do Edifício "A Noite"	22 664							6.240.000	(6.240.000)	-	
			F	4- INV	2	90	0	250	6.240.000	(6.240.000)	-	
<b>Total</b>									<b>272.124.650</b>	<b>36.420.287</b>	<b>309.544.937</b>	
									Pessoal	169.583.111	5.646.862	175.229.973
									Outras Despesas Correntes	89.801.539	28.063.425	117.864.964
									Investimento	12.740.000	6.297.638	19.037.638
									Fonte 100	26.884.704	620.287	27.504.991
									Fonte 250	217.044.377	39.387.638	256.432.015
									Fonte 280	28.195.569	-	28.195.569
<b>TOTAL</b>									<b>272.124.650</b>	<b>40.007.925</b>	<b>312.132.575</b>	

## ANEXO 2 - ACOMPANHAMENTO DA RECEITA - 2012

R\$ 1.00

Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>15.766.372</b>	<b>17.918.960</b>	<b>24.340.598</b>	<b>22.007.558</b>	<b>23.403.431</b>	<b>22.786.821</b>	<b>23.656.485</b>	<b>23.761.044</b>	<b>21.005.647</b>	<b>25.443.810</b>	<b>22.682.554</b>	<b>23.360.664</b>	<b>266.133.944</b>
Receita Patrimonial	2.613.703	2.364.780	2.243.278	2.186.737	2.317.264	2.342.153	2.049.049	2.305.802	2.370.711	2.347.937	2.400.244	1.739.873	27.281.533
Taxa Ocupação Imóveis Fun. Prop. Nac. Resid.	2.326	2.326	2.326	2.326	2.326	2.326	2.326	2.532	2.120	2.326	1.758	1.758	26.776
Remuneração de Depósitos Bancários	2.611.377	2.362.454	2.240.952	2.184.411	2.314.938	2.339.827	2.046.723	2.303.270	2.368.591	2.345.611	2.398.486	1.738.115	27.254.757
<b>Receita de Serviços</b>	<b>13.146.936</b>	<b>15.551.160</b>	<b>22.095.403</b>	<b>19.700.238</b>	<b>21.077.989</b>	<b>20.441.952</b>	<b>21.605.292</b>	<b>21.449.023</b>	<b>18.624.315</b>	<b>22.985.410</b>	<b>20.282.310</b>	<b>21.014.674</b>	<b>237.974.702</b>
Serviços de Com. Livros, Periódicos, Mat. Esc. e Publicidade	196.398	213.236	198.373	172.937	114.286	89.788	85.346	154.397	88.734	135.357	83.958	94.090	1.626.901
Serviços Administrativos	582	42		171	31		95		16		45		982
Serviços de Patentes	6.337.815	7.049.096	10.951.397	9.049.384	9.650.455	10.707.425	10.983.672	10.387.132	9.313.734	11.735.735	9.678.268	10.522.129	116.366.242
Serviços de Registro de Marcas	6.342.970	7.997.831	10.409.054	9.661.251	10.376.124	8.884.675	9.705.681	9.841.410	8.419.095	10.089.300	9.740.045	9.158.275	110.625.712
Serviços de Transferência de Tecnologia	213.110	232.625	298.925	400.635	469.770	213.410	319.155	259.545	223.750	511.510	267.560	263.360	3.673.355
Serviços de Registro de Indicações Geográficas	2.130	1.305	4.665	3.500	2.320	2.370	2.175	1.775	2.370	120	3.550	7.465	33.745
Serviços de Registro de Programa de Computador	32.575	20.260	30.440	28.210	28.895	28.525	33.320	43.585	52.062	69.944	28.670	30.465	426.951
Serviços de Registro de Desenho Industrial			23.470	300.855	300.655	303.560	352.206	363.575	322.510	311.415	259.465	294.690	2.832.401
Serviços de Remessa de Depósitos Oficiais				66.414	123.586	204.627	121.937	394.387	199.594	129.480	211.192	202.976	1.654.193
Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas			1.154	145	108	432		191			1.422		3.451
Tar. Inscr. Concursos e Processos Seletivos											6.250	440.089	446.339
Outras Receitas de Serviços	21.355	36.765	177.925	16.735	11.760	7.140	1.705	3.025	2.450	2.550	1.885	1.135	284.430
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>5.733</b>	<b>3.020</b>	<b>1.917</b>	<b>120.583</b>	<b>8.178</b>	<b>2.716</b>	<b>2.144</b>	<b>6.219</b>	<b>10.622</b>	<b>110.462</b>	<b>-</b>	<b>606.116</b>	<b>877.710</b>
Multas e Juros Previstos em Contratos					8.178								8.178
Restituições de Convênios										106.697			106.697
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	5.716	3.003	1.917				728	3.583		3.766		605.867	624.579
Outras Restituições						1.988	1.902						3.890
Outras Receitas	17	17		120.583			241	2.636	10.622			249	134.366
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>13.329</b>	<b>14.817</b>	<b>15.330</b>	<b>17.876</b>	<b>16.104</b>	<b>16.402</b>	<b>13.853</b>	<b>32.811</b>	<b>9.833</b>	<b>23.221</b>	<b>10.048</b>	<b>20.128</b>	<b>203.753</b>
<b>Amortizações de Empréstimos</b>	<b>13.329</b>	<b>14.817</b>	<b>15.330</b>	<b>17.876</b>	<b>16.104</b>	<b>16.402</b>	<b>13.853</b>	<b>32.811</b>	<b>9.833</b>	<b>23.221</b>	<b>10.048</b>	<b>20.128</b>	<b>203.753</b>
Amortizações de Bens	13.329	14.817	15.330	17.876	16.104	16.402	13.853	32.811	9.833	23.221	10.048	20.128	203.753
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>14.550</b>	<b>31.455</b>	<b>52.426</b>	<b>28.501</b>	<b>45.504</b>	<b>36.369</b>	<b>35.540</b>	<b>59.570</b>	<b>47.700</b>	<b>67.807</b>	<b>73.539</b>	<b>41.546</b>	<b>534.508</b>
Serviços Administrativos			30				65			465	900	490	1.950
Serviços de Registro de Patentes - Op. Intra-Orçamentárias	13.540	26.775	51.611	26.066	43.059	35.639	32.180	55.745	44.245	64.472	67.804	35.516	496.653
Serviços de Registro de Marcas - Op. Intra-Orçamentárias	1.010	4.680	495	2.435	2.285	140	3.295	3.825	3.455	2.710	2.560	3.535	30.425
Serviços de Transferência de Tecnologia											455		455
Serviços de Reg. De Programa de Comp. - Op. Intra-Orç.			290		160	140					95	2.005	2.690
Serviços de Registro de Desenho Industrial						450				95	1.490		2.035
Serviço de Informações Científicas e Tecnológicas										65			65
Outras Receitas de Serviços											235		235
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(300)</b>	<b>-</b>	<b>(49.769)</b>	<b>(1.245)</b>	<b>-</b>	<b>(44.687)</b>	<b>(41.723)</b>	<b>(24.292)</b>	<b>(12.732)</b>	<b>(29.220)</b>	<b>(14.940)</b>	<b>(2.180)</b>	<b>(221.087)</b>
Restituições	(300)		(49.490)	(900)		(44.687)	(41.723)	(24.077)	(12.732)	(29.220)	(14.800)	(2.180)	(220.108)
Descontos Concedidos			(279)	(345)				(215)			(140)		(979)
<b>TOTAL</b>	<b>15.793.951</b>	<b>17.965.232</b>	<b>24.358.585</b>	<b>22.052.690</b>	<b>23.465.039</b>	<b>22.794.905</b>	<b>23.664.156</b>	<b>23.829.134</b>	<b>21.050.449</b>	<b>25.505.618</b>	<b>22.751.201</b>	<b>23.420.158</b>	<b>266.651.117,90</b>

Fonte: SIAFI.

**Anexo 3 - Execução das Ações do INPI constantes na Lei Orçamentária Anual 2012**

R\$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO	LOA + CRÉDITOS ADICIONAIS	DISPONÍVEL	REPASSE	PRÉ-EMPENHO	EXECUÇÃO (%)		
						Liquidado	Total	
<b>0089</b>	<b>Previdência de Inativos e Pensionistas da União</b>	<b>41.778.193</b>	<b>2.306.588</b>	-	-	<b>39.471.605</b>	<b>39.471.605</b>	<b>94,48%</b>
	<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>	<b>41.778.193</b>	<b>2.306.588</b>	-	-	<b>39.471.605</b>	<b>39.471.605</b>	<b>94,48%</b>
0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	41.778.193	2.306.588	-	-	39.471.605	39.471.605	94,48%
<b>0901</b>	<b>Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais</b>	<b>210.171</b>	-	<b>210.171</b>	-	-	-	<b>100,00%</b>
	<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>	<b>210.171</b>	-	<b>210.171</b>	-	-	-	<b>100,00%</b>
0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado	205.148	-	205.148	-	-	-	100,00%
0901 00G5 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	5.023	-	5.023	-	-	-	100,00%
<b>2055</b>	<b>Desenvolvimento Produtivo</b>	<b>8.104.050</b>	<b>1.790.239</b>	<b>2.058.145</b>	-	<b>4.255.666</b>	<b>4.255.666</b>	<b>77,91%</b>
	<b>ATIVIDADES</b>	<b>5.353.000</b>	<b>1.789.189</b>	<b>958.145</b>	-	<b>2.605.666</b>	<b>2.605.666</b>	<b>66,58%</b>
2055 2760 0001	Fomento à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual	531.000	437.915	-	-	93.085	93.085	17,53%
2055 6481 0001	Disseminação de Informações Tecnológicas	2.650.000	381.557	-	-	2.268.443	2.268.443	85,60%
2055 8096 0001	Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	1.351.000	209.854	958.145	-	183.001	183.001	84,47%
2055 8907 0001	Ensino em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	181.000	119.864	-	-	61.136	61.136	33,78%
2055 8910 0001	Modernização dos Processos	640.000	640.000	-	-	-	-	0,00%
	<b>PROJETOS</b>	<b>2.751.050</b>	<b>1.050</b>	<b>1.100.000</b>	-	<b>1.650.000</b>	<b>1.650.000</b>	<b>99,96%</b>
2055 10U2 0001	Cooperação Técnica em Propriedade Intelectual	1.651.050	1.050	-	-	1.650.000	1.650.000	99,94%
2055 7F44 0001	Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico	1.100.000	-	1.100.000	-	-	-	100,00%
<b>2121</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior</b>	<b>262.040.161</b>	<b>26.673.222</b>	-	-	<b>233.279.301</b>	<b>233.279.301</b>	<b>89,02%</b>

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO	LOA + CRÉDITOS ADICIONAIS	DISPONÍVEL	REPASSE	PRÉ-EMPENHO			EXECUÇÃO (%)
						Liquidado	Total	
		0,38						
	<b>ATIVIDADES</b>	<b>239.025.661</b>	<b>24.962.122</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>211.975.901</b>	<b>211.975.901</b>	<b>88,68%</b>
2121 20CW 0001	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	1.980	1.980	-	-	-	-	0,00%
2121 20JH 0001	Gestão da Tecnologia da Informação	24.437.923	4.987.525	-	-	19.450.398	19.450.398	79,59%
2121 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União	110.389.735	3.498.284	-	-	106.891.451	106.891.451	96,83%
2121 2000 0001	Administração da Unidade	91.479.385	13.279.617	-	-	78.199.768	78.199.768	85,48%
2121 2000 0101	Administração da Unidade - Crédito Extraordinário	2.087.638	-	-	-	-	-	0,00%
2121 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	2.024.000	137.667	-	-	1.886.333	1.886.333	93,20%
2121 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	147.000	3.262	-	-	143.738	143.738	97,78%
2121 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	840.000	27.408	-	-	812.592	812.592	96,74%
2121 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	3.416.000	47.619	-	-	3.368.381	3.368.381	98,61%
2121 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	1.101.000	468.997	-	-	632.003	632.003	57,40%
2121 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública	3.101.000	2.509.764	-	-	591.236	591.236	19,07%
	<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>	<b>23.014.500</b>	<b>1.711.100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.303.400</b>	<b>21.303.400</b>	<b>92,57%</b>
2121 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	23.014.500	1.711.100	-	-	21.303.400	21.303.400	92,57%
	<b>PROJETOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>
2121 13DI 0033	Reforma do Edifício "A Noite"	-	-	-	-	-	-	0,00%
	<b>TOTAL</b>	<b>312.132.575</b>	<b>30.770.049</b>	<b>2.268.316</b>	<b>-</b>	<b>277.006.572</b>	<b>277.006.572</b>	<b>89,47%</b>

Fonte: SIAFI.

**Anexo 4 - Execução Orçamentária - Divisões Regionais Descentralizadas**

R\$ 1,00

<b>PROGRAMA/AÇÃO</b>	<b>PLANO INTERNO</b>	<b>DESTAQUE RECEBIDO</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR</b>	<b>EMPENHO LIQUIDADO</b>	<b>EXECUÇÃO TOTAL</b>	<b>% DE EXECUÇÃO</b>
DIVISÃO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL - UGR 183042 Gestão e Administração do Programa	DIREG/RS	479.944	13.894	425.703	439.597	91,59
DIVISÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL - UGR 183043 Gestão e Administração do Programa	DIREG/DF	519.217	35.426	478.112	513.538	98,91
DIVISÃO REGIONAL DO CEARÁ - UGR 183044 Gestão e Administração do Programa	DIREG/CE	550.393	59.546	469.133	528.679	96,05
DIVISÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS - UGR 183045 Gestão e Administração do Programa	DIREG/MG	560.190	22.564	503.160	525.723	93,85
<b>TOTAL</b>		<b>2.109.744</b>	<b>131.430</b>	<b>1.876.108</b>	<b>2.007.537</b>	<b>95,16</b>

Fonte: SIAFI.